

A PARTIR DA MÍDIA IMPRESSA: OS OBJETIVOS DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Luis Claudio Palermo¹

RESUMO: O projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) tem desfrutado de ampla repercussão e tem sido visto, com frequência, sob a perspectiva atual de seus objetivos e acontecimentos. Este artigo considera as UPPs em sua trama histórica, levando em conta algumas injunções que contribuíram para a sua implantação e constituição. Assim, exponho matérias de jornais que revelam informações e discursos importantes sobre os objetivos desse projeto, no período da ocupação das favelas Santa Marta e Cidade de Deus. Comparo esses objetivos com os fundamentos atuais do programa. Portanto, a partir da imprensa, identifico mudanças nos objetivos das UPPs. Com isso, viso mostrar, com base na referida fonte, como tais transformações resultaram da adequação política de um discurso institucional-governamental às injunções atinentes à expansão do projeto das UPPs, pois a pressão dessa circunstância exigiu uma postura política diferente e legitimadora por parte dos formuladores e gestores do projeto. E isso fez emergir uma nova versão oficial acerca dos objetivos da “pacificação”.

Palavras-chave: Unidades de Polícia Pacificadora; Favelas Cariocas; Representações Sociais.

Recebido em: setembro 2013

Aceito em: abril 2014

Para citar este artigo:

PALERMO, Luis Claudio; “A partir da mídia impressa: os objetivos das unidades de polícia pacificadora sob uma perspectiva histórica”. “In: Revista Intratextos, 2014, vol 5, no1, p. 1-28. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2014.11440>.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com bolsa de estudos financiada pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: luisclaudio72@gmail.com

Introdução

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) correspondem à face mais visível da política de segurança pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro comandado por Sérgio Cabral (2007-2014). Em síntese, trata-se de um programa no qual o Governo faz, primeiramente, a ocupação de uma favela por meio da Polícia Militar. Em seguida, instala uma unidade ou base, em princípio, permanente (FLEURY, 2012, p. 194), utilizando efetivo policial que é, em tese, especificamente treinado e incumbido de atuar nas referidas localidades.

São, pelo menos, três fatores que contribuem para a visibilidade pública das UPPs: (i) porque desfruta de representação, em certa medida, positiva junto a alguns moradores de favelas ocupadas (BURGOS *et al.*, 2011); (ii) porque usufrui de aprovação média dos vizinhos das favelas, em razão da valorização de seus imóveis, bem como pelo fim dos sistemáticos confrontos armados (LEITE, 2012); (iii) por conta do apoio que tem recebido da parcela mais visível da imprensa (MACHADO DA SILVA, 2010).

Para discussão estabelecida neste artigo, interessa sobremaneira o último item apontado, uma vez que o apoio das mídias tem favorecido a construção de uma imagem, de uma forma de representação das UPPs, que reverbera publicamente. Desse modo, a imprensa é capaz de exercer, em alguma medida, ação sobre o campo político (FAUSTO NETO, 2004), por “sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor [criminalidade e segurança]” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 25). Além disso, suas representações exercem, de alguma forma, influência prática na sociedade (BOURDIEU, 2010; RONDELLI, 2000; SILVA, 2010).

Vale ressaltar que certas referências sobre o projeto de “pacificação” têm sido tomadas, por parcela de pesquisadores e por alguns setores da sociedade, como condensadas e perenes. Em outros termos, são tratadas como questões que desde o início fizeram parte de sua “essência”, reproduzindo uma imagem cristalizada do projeto mencionado, formando uma espécie de convenção (BECKER, 2007, pp. 28-95). Dessa forma, prolifera-se, por meio desses discursos, uma determinada visão comum de que as UPPs não foram criadas para acabar com o tráfico de drogas e que sua função precípua sempre foi somente dar fim à circulação de armas nas mãos de gangues de traficantes (BURGOS *et al.*, 2011, p. 54) e, com isso, retomar o controle do território, a fim de oferecer serviços de infraestrutura, além de propiciar “paz” aos moradores.

Caminhando em outro sentido, pretende-se, aqui, explorar como as UPPs foram se constituindo como “um laboratório², um modelo de política de segurança pública³”, sem um caminho preciso e previamente determinado (FLEURY, 2012, p. 199). Isso será realizado a partir de uma determinada imagem institucional que foi construída na imprensa. O foco aqui é apresentar e analisar tanto as informações como os discursos acerca dos objetivos das UPPs, no período da ocupação das favelas da Santa Marta e da Cidade de Deus, que são consideradas, institucionalmente, as duas primeiras a receberem uma UPP. Então, a partir de informações e declarações selecionadas⁴ e publicadas por parcela importante da mídia impressa, intenta-se mostrar e discutir se os objetivos do projeto de “pacificação” permanecem os mesmos ou se sofreram alterações, adequações discursivas na imprensa.

O percurso descritivo e analítico será feito em quatro seções: primeiramente, serão expostas as referências teóricas e metodológicas que deram base ao trabalho; logo após serão apresentadas informações importantes sobre os principais objetivos das UPPs que atualmente são tomados como “essencializados” ou como uma espécie de convenção, tanto na imprensa quanto nos veículos institucionais de sua divulgação, como também em parcela importante da literatura acadêmica (Cf. BURGOS *Et al.*, 2011, p. 54); em seguida, serão sistematizadas informações e declarações concernentes aos principais objetivos institucionais do projeto de “pacificação” que foram divulgados por parte da mídia impressa, no período relativo à ocupação das favelas Santa Marta e Cidade de Deus. Nessa parte, pretende-se explorar o cotejamento entre os objetivos atuais e os que foram formulados para essas favelas consideradas institucionalmente as primeiras a receberem UPPs; por fim, visa-se mostrar algumas declarações institucionais que foram publicadas na continuação do processo de “pacificação”, a fim de apresentar as mudanças mais categóricas no discurso oficial. Tais declarações propuseram uma nova versão para os objetivos das UPPs.

² Em minhas referências de análise sobre o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), tenho trabalhado com essa categoria como dado importante. Minha escolha se deve ao fato de José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, ter declarado no período inicial da ocupação da favela Santa Marta que a operação se caracterizaria como um “laboratório”. Ademais, ainda na fase inicial da ocupação da mencionada favela, considerada institucionalmente a primeira a receber uma UPP, o Secretário declarou o seguinte: “Mas não podemos fazer da Cidade de Deus o que pretendemos fazer no Dona Marta. Até mesmo porque o projeto no Dona Marta não está consolidado” (O Globo, Sábado 6 Dezembro 2008, p. 39). Portanto, é essa a linha de raciocínio que proponho perseguir na investigação dos objetivos iniciais das UPPs, a partir da imprensa.

³ Jornal O Globo, Sexta-Feira, 3 de Dezembro de 2008, p. 13.

⁴ Trata-se de uma palavra muito utilizada neste texto. Visa, metodologicamente, expressar, conforme SILVA (2010), que as escolhas das notícias e manchetes veiculadas, bem como a opção pela localização das matérias (no que se refere ao destaque que terá no jornal), não resultam do trabalho “neutro” do jornalista, mas sim de escolhas que são, não raramente, orientadas pelas hierarquias internas e influenciadas, em alguma medida, tanto pelos patrocinadores da instituição midiática como por seus leitores (público-alvo da mídia).

Os fundamentos teórico-metodológicos da proposta analítica

Os dados que serão apresentados e discutidos proveem de duas pesquisas realizadas em parcela da grande imprensa⁵, compreendendo os jornais O Globo, Extra, Expresso e O Dia. O contato com as informações contidas nos três primeiros periódicos citados ocorreu por conta de minha participação numa pesquisa ampla sobre as UPPs⁶. O acesso ao jornal O DIA e as referências às informações que foram coletadas no Sítio institucional das UPPs são consequência de uma pesquisa pessoal sobre o processo de “pacificação”, que é realizada diariamente desde 2011, na qual faço a leitura diária do referido periódico, selecionando trechos importantes para minhas reflexões. Portanto, foi minha experiência em tais pesquisas que fez render este artigo.

O período recortado para a discussão feita neste trabalho enfoca, nuclearmente, o intervalo entre 19 de novembro de 2008 e 16 de fevereiro de 2009. Trata-se da fase entre a ocupação policial da favela Santa Marta e a instalação da UPP da Cidade de Deus. As fontes apresentadas se concentram substancialmente nos dados coletados nos Jornais O Globo e O Dia. Mas, vale registrar, desde já, que algumas informações utilizadas no artigo transpassam o referido recorte. Elas são operacionalizadas a fim de robustecer os argumentos estruturados acerca da descontinuidade discursiva dos integrantes do governo.

A leitura e interpretação das matérias foram feitas tendo por base a análise do conteúdo noticiado, bem como dos discursos selecionados e publicados pelas mídias examinadas. Visou-se, com isso, recuperar os objetivos da ocupação policial nas favelas Santa Marta e, em seguida, Cidade de Deus, identificando as finalidades dos formuladores e executores das referidas ocupações, no momento em que o próprio Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, declarava que havia um projeto “laboratorial” em andamento, conforme mostrado à frente. Em seguida, foi realizado o cotejamento entre os objetivos declarados à época da ocupação das mencionadas favelas e os atuais

⁵ Ao se referir ao termo grande imprensa, estou abordando uma amostragem da parcela que é mais visível, em termos de mercado. Não se trata de pensar a imprensa, nem a grande imprensa, como uma instituição homogênea e capaz de impor um modelo ou pensamento unidimensional. Trata-se, sim, de situar aqui parcela da imprensa que, pela característica de seu trabalho, em alguma medida tem influência na vida social, política, econômica e cultural da cidade. Tudo isso tendo em conta, ainda, a interrelação produtores de mídia e seus leitores.

⁶ A pesquisa da qual participei é parte do projeto denominado “Virtudes e Limites das UPPs: uma avaliação socioantropológica”, que foi colocado em prática sob coordenação do Prof. Dr. Luiz Antonio Machado da Silva, com financiamento da Faperj. Devo meu agradecimento ao referido Professor e à Prof^a Dr^a Lia de Mattos Rocha, que foi quem me convidou para participar da pesquisa e quem dirigiu os trabalhos e a equipe. É importante mencionar ainda que a equipe de trabalho foi composta por Diego Calmon, Eduardo Ramos e Raquel Fabeni. Os pesquisadores envolvidos externam também seus agradecimentos ao Centro de Documentação e Informação do InfoGlobo, que reúne os jornais O Globo, Extra e Expresso, os sites Globo e Extra, bem como a Agência O Globo, mencionando, em especial, Fabio Ponso, Ana Cristina Tavares, Monica Lessa e Paulo Luiz.

fundamentos das UPPs. Portanto, o eixo da descontinuidade discursiva foi uma chave heurística importante na análise das informações e das declarações que foram publicadas. Ademais, a referência à imprensa como produtora de representações com capacidade de ação política e intervenção na sociedade ancora o lugar da mídia neste trabalho (BOURDIEU, 1997; 2010; FAUSTO NETO, 2004; 1999; SILVA, 2010, pp. 135-158; RAMOS; PAIVA, 2007), ao mesmo tempo em que aguça o cuidado metodológico do pesquisador para que se mantenha o devido afastamento em relação a tais representações.

Para os termos deste artigo, a fonte escolhida é pensada e organizada como uma determinada perspectiva que nos apresenta parte da estruturação dos objetivos de um novo modelo de política de segurança voltado para favelas cariocas. Não se deve negligenciar que “as ações de políticas públicas [também] são formuladas e executadas por essa esfera [os jornais impressos]” (FAUSTO NETO, 1999, p. 137). Logo, a imprensa exerce um papel importante “no agendamento de políticas públicas” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 21). É nessa esfera da vida social e política que os resultados aqui apresentados e discutidos devem ser vistos, analisados e debatidos.

O ponto de partida da análise feita no artigo se fundamenta na teoria foucaultiana. Nesse sentido, desde a denominada modernidade europeia, com o crescimento da urbanização, o gradativo aumento da densidade populacional nas grandes cidades e o paulatino desenvolvimento de formas políticas com objetivos mais participativos, os modelos de gestão pública passaram a se organizar no sentido de produzir tecnologias de controle da população, com vistas à manutenção do poder com menos sobressaltos possíveis (Cf. FOUCAULT, 1999). Nessa conjuntura, vigilância e punição, realizadas por micropoderes, tornaram-se elementos caros aos referidos modelos de gestão (FOUCAULT, 2002). Diante das transformações econômicas, sociais e políticas, as novas administrações se esmeraram em produzir saberes sobre a população, visando melhor controlá-las. Nesse sentido, “não se trata [mais] de uma exclusão, trata-se ao contrário de estabelecer, de fixar, de atribuir um lugar, de definir presenças controladas. Não rejeição, mas inclusão” (Idem, p. 57); inclusão vigiada e controlada. O panóptico foi a invenção que deu base para esse novo modelo de gestão porque “[ele] funciona como uma espécie de *laboratório do poder*” (Idem, p. 194, grifos meus para ressaltar a noção de laboratório).

Convém acrescentar que novas perspectivas têm enfatizado que as margens não são inertes em matéria de ação social e política. Ao contrário, as margens têm atuação ativa e, não raramente, contribuem para moldar a ação do poder soberano representado pela burocracia racionalizadora. Nesse sentido, partindo fundamentalmente de Foucault e Agamben, a coletânea de artigos organizada por Veena Das e Deborah Poole (2004) tem como princípio geral postular novas referências teóricas que possam dar conta da relação entre a soberania governamental e as margens do Estado.

Situando o olhar na tensão que se estabelece entre o poder soberano e as margens, os(as) autores(as) da coletânea em voga abrem caminho para que se compreenda não exatamente a soberania estatal de cima para baixo, mas, sim, sua reconstrução numa teia de acontecimentos que enfoca especialmente na resistência dos de baixo e em seu papel na construção na vida política desses Estados. Segundo Das e Poole (2004), não é uma questão de romantizar o papel das margens, nem de propor que suas ações sejam sempre bem-sucedidas. Trata-se de algo mais complexo que envolve pensar as margens necessariamente em relação ao Estado (ou vice-versa), levando em conta a heterogeneidade delas, no sentido de considerar (e qualificar) sua força social e política na constituição das políticas públicas, das leis etc. Conscientes da precariedade da vida nas margens do Estado, os(as) autores(as) de tais pressupostos oferecem base para que se possa compreender densamente essa tensão, ou seja, entender tanto como o poder soberano intenta se constituir e se impor nas margens, quanto também em que medida as margens se consagram como parte constitutiva e participativa do sistema de poder, conformando, moldando ou reconstituindo (SANFORD, 2004; DAS; POOLE, 2004) as proposições normativas dirigidas a elas.

Diante do exposto acima no quadro teórico geral, é importante justificar que essa referência macro é utilizada no artigo em dois sentidos: (i) para propor a compreensão das ações de natureza normativa, ou seja, o ponto de vista da formulação governamental de uma política pública, visando mostrar a construção discursiva que legitima e reveste tal política; (ii) para enxergar em que medida tais princípios normativos se construíram/reconstruíram (SANFORD, 2004, p. 257) de forma diferenciada nas margens do Estado. Assim, vale mencionar que margens, aqui, são tomadas não só pelo componente político e econômico, mas pela forma como são produzidas a partir das práticas diárias do poder central.

Portanto, em relação às favelas cariocas como margens do Estado, reconhece-se, aqui, que o exercício normativo da soberania não é colocado em prática sem um jogo de forças tenso entre esse poder e a ação social e política dos indivíduos ou das forças locais, pois as margens não estão em situação de imobilidade, “they [as margens] do not submit to these conditions [imposição da soberania do Estado] passively” (DAS e POOLE, 2004, p. 19). Sendo assim, este trabalho parte da análise do ponto de vista normativo-institucional, mas, em seguida, coloca em discussão em que medida esse poder soberano se relaciona diversamente com suas margens, haja vista que faz parte da lógica do Estado se construir/constituir como um projeto inacabado, incompleto (DAS, 2004, p. 249). E essa incompletude está revestida não da premissa de uma burocracia racionalmente instituída, mas de um modelo que está efetivamente aberto, de um modelo “where state law and order continually have to be reestablished” (ASAD, 2004, p. 279).

Quanto ao quadro teórico que orienta o pensamento acerca das favelas cariocas, é importante sublinhar que a partir da redemocratização brasileira de 1946, o modelo de gestão do “problema favela” (MACHADO DA SILVA, 2002) sofreu inflexão, na medida em que, diante da conjuntura de abertura política e de crescimento dos direitos da população em geral, a relação do poder estatal com as favelas cariocas passou a se fundamentar no “controle negociado” (Idem, p. 229), um modelo que reconhecia esses lugares de moradia como parte da cidade, mas que, ao mesmo tempo, visava exercer, heteronomamente, o controle sobre eles e seus moradores. Ainda que o desejo de remoção das favelas tenha perpassado toda sua história na cidade, os governos começaram, nessa fase, a tolerar a presença dos favelados de forma subalterna, pois elas eram importantes, pelo menos como mão de obra, para o desenvolvimento econômico e, em menor grau, para um melhor desempenho no processo eleitoral. Logo, em vez de exclusão do tecido urbano, transitava-se para uma política de tolerância funcional da população moradora das favelas, uma vez que esses aglomerados haviam experimentado um grande crescimento na primeira metade do século XX.

Desde os anos 1990, esses lugares de moradia vêm sofrendo mais contundentemente com a “percepção da alteridade como ameaça” (LEITE, 2012, p. 379). Diante do quadro de ocorrência de “uma série de episódios violentos” (Idem, *ibidem*) que geraram sensação de insegurança, houve, como consequência, a produção de discursos que pregavam que a cidade estava passando por um momento de crise de autoridade em relação à violência urbana. Por esse ponto de vista, seriam necessárias ações firmes para se controlar a situação de insegurança. Então, nesse contexto, os moradores de favelas foram considerados, com frequência, como cúmplices de traficantes de drogas e de suas ações violentas (LEITE, 2000; MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008).

As atuações policiais nas referidas localidades ganharam, assim, contornos desproporcionais no tocante à violência empregada (FARIAS, 2008; MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008), pois, como havia a percepção social de que a cidade estava em “guerra”, quaisquer ações mais violentas estariam, sob esse ponto de vista, num quadro de oposição entre o lado das pessoas “do bem” e as “do outro lado” (LEITE, 2000). Quase desnecessário afirmar que a representação desse conflito social situava as favelas do “outro lado”, ou seja, o da disfuncionalidade relativa à ordem. Por conseguinte, houve o favorecimento conjuntural a uma política de segurança pública pautada no confronto direto com os traficantes. Sob a égide discursiva de que a cidade estava em “guerra”, o uso da força policial desproporcional nas favelas cariocas foi acionado como padrão da política de segurança (LEITE, 2012, p. 381).

É nesse sentido que Machado da Silva atualiza sua proposição afirmando que a Constituição de 1988 representa um ponto de inflexão na modalidade de dominação alcunhada por ele de “controle negociado”, que “foi característico do lugar das favelas na cidade e das relações entre sua população e o Estado” (MACHADO DA SILVA, 2012, p. 60). Então, especialmente com o crescimento da violência urbana após os anos 1980 e com a atuação de facções criminosas nessas localidades (PERALVA, 2000, pp. 73-120), “as favelas passaram, de um *problema coletivo*, para um *perigo imediato*” (MACHADO DA SILVA, 2012, p. 63, grifos do próprio autor). Em outros termos, transformaram-se, nesse contexto, em lugar de grande perigo e foram centralizadas como palco irradiador de uma determinada forma de violência urbana.

Ora, se, por um lado, a implantação das UPPs “parece representar um ponto de inflexão” (LEITE, 2012, p. 382) no que concerne à política de segurança ancorada no confronto, priorizando a ocupação permanente e não o conflito constante, evitando o alto índice de letalidade, por outro lado elas devem ser pensadas como uma política de segurança que é colocada em prática a partir dessa nova representação que as favelas cariocas têm tido na tessitura urbana do Rio de Janeiro, ou seja, com base na percepção social de que as favelas representam um “perigo imediato” (MACHADO DA SILVA, 2012, p. 63). Como elemento complementar à nova representação desses lugares de moradia, cabe acrescentar o fato de o Rio de Janeiro passar por uma conjuntura – notadamente no governo Sérgio Cabral – na qual aparece como foco de grandes eventos e empreendimentos, o que contribui para chamar mais ainda a atenção governamental para a segurança pública (PALERMO, 2013).

Adentrando em um quadro mais específico, em relação a algumas favelas cariocas, cumpre pontuar que o perigo imediato como representação geral das favelas na cidade não é percebido de maneira homogênea tanto pelo o governo quanto pela a sociedade (incluindo a imprensa como instituição). Assim, torna-se deveras importante ressaltar que há favelas que são vistas como representantes mais contundentes dessa percepção de perigo, dessa ameaça violenta à segurança pública. Isso concerne às representações espacializadas construídas para as favelas cariocas (MACHADO DA SILVA e LEITE, 2008). Tais representações são responsáveis – especialmente do ponto de vista governamental – pela orientação das políticas de intervenções nesses lugares de moradia, pois se pode pensar que as políticas públicas para as favelas cariocas resultam do encontro “entre representação, construção de problemas públicos e políticas de intervenção” (Idem, p. 50).

A análise desenvolvida neste trabalho tem como pressuposto que os discursos selecionados e publicados na mídia impressa, na ocasião das ocupações policiais para a criação das primeiras UPPs, são coordenados pelas representações governamentais acerca das favelas em discussão. Ao mesmo tempo, a

imprensa, ao publicá-los, também cria determinadas representações sobre os referidos lugares de moradia, uma vez que sua seleção, organização e abordagem dos fatos são realizadas com base em sua política editorial, que sofre influência direta ou indireta tanto dos seus patrocinadores como do seu público-alvo (seu leitor). Estes últimos orientam, em alguma medida, o que é produzido no veículo de mídia (SILVA, 2010). Logo, as representações midiáticas e governamentais, construídas pela mútua influência e pela convergência de determinados interesses sociais menos sensíveis às demandas dos moradores das favelas, especialmente em relação àquelas que não se localizam em zonas nobres da cidade (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 79) – pois estes últimos representam parcela pouco vocal da sociedade –, contribuem para viabilizar a construção desses lugares de moradia como um problema ligado ao perigo imediato, o que orienta e referencia determinadas formas de política de intervenção nas referidas localidades.

Os objetivos das UPPS em sua versão consolidada e axiomática

Na ocupação policial das favelas de Manguinhos e Jacarezinho, em 2012, o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro afirmou que aquela operação não se constituiria numa caçada aos traficantes que ocupavam tais lugares de moradia. Segundo palavras dele que foram selecionadas e publicadas na imprensa: “nossa ideia é *recuperar território e garantir a tranquilidade das pessoas*. Não vamos fazer de um marginal um troféu”⁷ (Grifos meus). Em relação ao mesmo evento, o Editorial do jornal O DIA afirmou o seguinte: “Grosso modo, o processo [de “pacificação”] visa a dois objetivos: *expulsar o tráfico ostensivamente armado e promover a cidadania dos moradores*”⁸ (Grifos meus).

Numa incursão policial na favela da Rocinha, o mesmo jornal noticiou que a polícia havia achado munição escondida na localidade. Questionado como o material havia sido encontrado em uma favela ocupada pela UPP, o Secretário deu sua versão e, no meio da entrevista, afirmou publicamente algo interessante sobre os objetivos atuais da “pacificação”:

A função da UPP não é acabar com o tráfico, nem com a criminalidade como um todo, mas garantir o direito de ir e vir das pessoas de bem que moram nessas comunidades e, com isso, garantir também o acesso delas aos direitos de cidadão. E isso vai acontecer na Rocinha. (Grifos meus).

⁷ O Dia, nº 22.035, Sábado, 13/10/2012, p. 5 (1ª Edição).

⁸ O Dia, nº 22.035, Sábado, 13/10/2012, p. 12 (1ª Edição).

⁹ O Dia, Ano 60, nº 21.845, Quarta-feira, 11/04/2012, p. 14 (1ª Edição).

Além disso, no Sítio institucional do governo encontra-se uma pergunta direta acerca do objetivo das UPPs de acabar com o tráfico de drogas nas favelas ocupadas. Essa informação pode ser encontrada na seção “Perguntas frequentes” sobre o projeto, na qual há o seguinte questionamento: a “UPP visa acabar com o tráfico?”. A resposta é: “*Não são objetivos das UPPs: Acabar com o tráfico de drogas. Acabar com a criminalidade. E, sim, retomar territórios ocupados por facções de criminosos fortemente armados [...]*”¹⁰ (Grifos meus).

Vale destacar, ainda, que, em artigo que aborda a percepção de moradores de favelas ocupadas com UPP, Burgos (*et. al*) afirmam o seguinte:

Ao colocar como seu principal objetivo não a pretensão de acabar “com o tráfico”, mas, sim, a de “acabar com a circulação de armas nas mãos de gangues de traficantes”, as UPPs obrigam o próprio discurso público a complexificar o debate em torno da segurança pública, dissociando o problema do combate ao tráfico de drogas do problema da territorialização da economia do tráfico. Com isso, pode colocar o foco no problema da “retomada de territórios” antes dominados por gangues de traficantes fortemente armados, comprometendo se, necessariamente, com uma pauta mais ligada à necessidade de emancipação dos moradores desses territórios do jugo dos traficantes. (BURGOS *et. al*, 2012, pp.54-55, grifos do autor).

Portanto, nas informações encontradas em diferentes fontes sobre a missão e os objetivos das UPPs, parece haver certo consenso de que o Estado, ao intervir com essa nova política de policiamento nas favelas, não está preocupado com o fim do tráfico de drogas na região, mas, sim, objetivamente com a primazia do controle do território e o estabelecimento de uma nova ordem cujo poder não esteja mais com as facções de traficantes de drogas. Essa parece ser uma questão cristalizada, pelo menos no que concerne ao ponto de vista do governo, parte da imprensa e de alguns pesquisadores. Por outro lado, é conveniente ressaltar que novas pesquisas já apontam para preocupações relacionadas com a presença do tráfico de drogas em favelas com UPPs, sobretudo no tocante ao seu impacto no dia a dia da localidade¹¹.

Fundamentado na própria categoria formulada pelo Secretário de Segurança Pública de que as UPPs foram inventadas como um “laboratório” e também baseado na hipótese de que o referido programa – não obstante seus aspectos inovadores e elogiados (BURGOS *et. al*, 2011; LEITE, 2012) – ancora-se na referência das favelas cariocas como lugares que eminentemente representam “perigo

¹⁰ Fonte: Sítio oficial das UPPs: <http://www.upprj.com/index.php/faq> <acessado em 16/10/2013, às 19 horas e 7 minutos>.

¹¹ Vale registrar, por exemplo, que Monteiro e Malanquini (2012) identificaram, em trabalho realizado durante o curso de “Saúde Policial e Assistência à População”, que policiais militares que atuam em áreas “pacificadas” conferem novos significados às suas práticas focando no “ganso” (que pode ser um usuário de drogas, um pequeno traficante ou um praticante de pequenos delitos que se utiliza disso para sustentar seu uso de drogas ilícitas) como novo “inimigo [que] está presente e precisa ser derrotado” (Idem, p. 9, grifo dos autores).

imediatos” (MACHADO DA SILVA, 2012, p. 63) para a cidade, investi na pesquisa referente aos discursos oficiais e midiáticos que contribuíram para inventar e constituir as UPPs.

As questões que suscitaram meu olhar foram: será que as UPPs, na qualidade de um programa que surge de experiências “laboratoriais”, tem perenemente sustentado os mesmos objetivos desde o seu início? Será que seus objetivos podem ter sofrido alterações em função de novas questões ou injunções diversas? O que tais discursos/objetivos tão cristalizados e condensados, hoje em dia, podem revelar acerca das representações de algumas favelas para o governo e para as relações sociais e políticas no tecido urbano do Rio de Janeiro? São para tais questões que intento propor uma análise, a partir da mídia impressa.

A partir da mídia impressa: os objetivos das UPPs num quadro histórico de invenção e construção “laboratorial”

A ocupação da favela Santa Marta começou em 19 de novembro de 2008. Segundo as fontes pesquisadas, não havia clara definição do que viria a acontecer. De acordo com O Globo, a ordem do comando da Polícia Militar, naquela operação, era simplesmente “*manter o morro ocupado* por tempo indeterminado”¹². O jornal informa que o tenente-coronel Albuquerque, comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar de Botafogo, afirmou que, com a ocupação policial, as equipes de fornecimento de água, energia, limpeza urbana etc. poderiam trabalhar com tranquilidade¹³.

As definições governamentais mais claras só começaram a ser selecionadas pela imprensa dez dias após a referida ocupação. Nessa época, o mesmo jornal publicou uma declaração do Secretário de Segurança que afirmava, então, ter decidido que instalaria “uma companhia da Polícia Militar, com 120 homens, no prédio de uma creche que cuidaria de 120 crianças de até 4 anos, no alto do Morro”¹⁴.

Em consequência do anúncio, houve contestações feitas por moradores. Em face dessas objeções, “Beltrame [Secretário de Segurança] tentou explicar a importância de se implantar o *policimento comunitário* no local, mas os moradores foram irredutíveis, defendendo a creche”¹⁵ (Grifos meus). Diante da oposição local, o referido jornal selecionou a seguinte declaração do Secretário:

A creche nunca funcionou aqui por causa do tráfico. Vamos criar uma nova maneira de policiamento comunitário, com uma nova nomenclatura. Segurança pública não é somente ações

¹² Fonte: Jornal O Globo, Quinta-Feira 20 Novembro 2008, p. 17, grifos meus.

¹³ Idem.

¹⁴ Fonte: Jornal O Globo, Sexta-Feira 28 Novembro 2008, p. 15.

¹⁵ Idem.

policiais. *Precisamos que o estado entre com os serviços.* É importante que as pessoas tenham dignidade - disse o secretário, que levou para a reunião representantes de vários órgãos, como a Secretaria de Saúde, para desenvolver o programa Médico de Família¹⁶. (Grifos meus).

De acordo com o mesmo veículo de mídia, com a pressão dos moradores e do presidente da Associação de Moradores da favela em defender a creche, o Secretário afirmou:

Queremos um policiamento modelo e escolhemos o Dona Marta porque a comunidade já tem uma presença forte do estado. Será um policiamento diferente. Os policiais já estão sendo treinados para isso. *A comunidade tem que querer esse policiamento* e não posso expor os policiais à morte¹⁷. (Grifos meus).

Nesses primeiros dias de ocupação, os objetivos do novo modelo de policiamento proposto pelo Estado estavam sendo delineados pela imprensa e apontavam, inicialmente, para três questões básicas, conforme já assinalado anteriormente nos grifos realizados em itálico, nos trechos de jornal selecionados: (i) ocupação territorial permanente, (ii) novo modelo de policiamento e (iii) aumento da presença do Estado na favela. Foi somente aos poucos que o objetivo de se eliminar o tráfico de drogas da favela foi sendo colocado em pauta pelo governo e publicado pela imprensa.

Como desdobramento da ocupação, O Globo produziu uma matéria com um título mais animado: “Secretário anuncia ‘tsunami de ações sociais’ como nova política¹⁸”. No subtítulo: “FAVELA SEM TRÁFICO: Dona Marta será usada como modelo”¹⁹ (Grifos do próprio jornal em letras grandes). Além disso, o Secretário completou informando que:

Se não for dessa forma, com ações de duração infinita, não acabamos com o tráfico. O que nós estamos planejando para o Dona Marta é diferente de tudo que já foi feito em política de segurança pública²⁰. (Grifos meus).

Outra matéria veiculada no mesmo dia mostra um pouco mais acerca da construção desse novo modelo de policiamento e seus objetivos iniciais. No título constavam as seguintes palavras: “Dona Marta livre dos bandidos – FAVELA SEM TRÁFICO – Após quase duas semanas de ocupação pela PM,

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Fonte: O Globo, Quarta-Feira 3 Dezembro 2008, p. 13.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

todas as 'bocas-de-fumo' estão fechadas²¹” (Grifos do próprio jornal em letras grandes). A matéria continua informando que:

Eles [os traficantes de drogas] teriam começado a fugir da favela no dia 20 de novembro, quando a área foi ocupada pela Polícia Militar. Hoje, 13 dias depois do início da tomada da área pelo poder público - representado por 50 homens do 2º BPM e do Batalhão de Choque -, *todas as "bocas-de-fumo" estão fechadas, segundo o secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame*²². (Grifos meus).

O periódico aludido selecionou e publicou depoimento do delegado Marcus Vinicius, que então era titular da Delegacia de Combate a Drogas (Dcod), através do qual “também afirmou que o tráfico não está mais no Dona Marta²³”. O delegado complementa assim: “O que está acontecendo no Dona Marta é uma ocupação séria, diferentemente de todas as outras. *Posso afirmar que não está mais havendo venda de drogas na favela* - disse Marcos Vinicius²⁴”. (Grifos meus). Em acréscimo, o jornal informa que Agentes da Polícia Federal do Rio de Janeiro também “confirmaram que os pontos de venda de drogas fecharam e que os bandidos desapareceram do Dona Marta²⁵”, mas advertiram que é preciso ter cautela quanto às ações que estavam sendo realizadas, uma vez que não se deveria comemorar um feito antes de sua consolidação. Seu discurso, portanto, permanecia ainda numa chave analítica que contemplava o objetivo da eliminar o tráfico de drogas.

Diante desse cenário que mostrava um projeto sendo construído, O Globo selecionou e publicou declaração interessante do Governador do Estado do Rio de Janeiro sobre os objetivos institucionais naquela ocupação policial. Segundo o que foi veiculado no jornal:

O governador Sérgio Cabral também demonstrou cautela. [Mas,] *Perguntado se já é possível afirmar que o tráfico acabou no Morro Dona Marta, ele respondeu:*
- *DÁ PARA AFIRMAR QUE NO MORRO DONA MARTA O NOSSO OBJETIVO É ESSE*. Como numa rua qualquer do asfalto do Rio de Janeiro, você tem que ter um policiamento permanente e a garantia da ordem - disse²⁶. (Grifos em itálico e letras grandes são meus)

²¹ Fonte: O Globo, Quarta-Feira 3 Dezembro 2008, p. 12.

²² Idem.

²³ Idem.

²⁴ Fonte: O Globo, Quarta-Feira 3 Dezembro 2008, p. 12.

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

Em Editorial, a mídia em voga fez uma análise que se declarava otimista em função da ocupação policial da favela, não deixando de destacar o que considerava animadora perspectiva concernente à expulsão dos traficantes da região e ao fim do tráfico de drogas numa favela da Zona Sul.

É no mínimo animadora a afirmação do governador Sérgio Cabral de que o tráfico no Dona Marta está aniquilado. Após uma ocupação que começou na segunda quinzena de novembro, com efetivos da Polícia Militar, o governo, de acordo com Cabral, sufocou o movimento de compra e venda de drogas, esteio econômico das quadrilhas que se sucediam no comando das atividades criminosas da favela, encurtou gradativamente as áreas subjugadas pelos traficantes e, por fim, expulsou os bandidos da região. (Grifos meus).

Os jornais pesquisados capturaram, selecionaram e noticiaram alguns dos objetivos da ocupação da favela Santa Marta que foram declarados por integrantes do alto escalão do governo ou de bases operacionais. Ademais, em Editorial, conforme acima, mostraram-se “animados” e a favor das ações governamentais na localidade citada. Dessa forma, as mídias pesquisadas agiram também como uma espécie de “ator político” (SILVA, 2010, pp. 135-158) ao organizarem e pautarem novas propostas para a segurança pública, sobrelevando determinados pontos que, para ela, eram importantes, como, por exemplo, a expulsão dos traficantes da região e o fim do tráfico de drogas. Segundo Silva, ao noticiar, a imprensa está, ao mesmo tempo, denunciando e analisando criticamente uma situação, agindo, portanto, na esfera pública (Idem, p. 145), contribuindo para pautar temas e questões que têm, em alguma medida, influência política e social.

Passados dezenove dias da referida ocupação, o Governador do Estado anunciou que a promessa de instalação de uma Companhia Comunitária da Polícia Militar²⁸, na favela Santa Marta, seria cumprida e que contaria com efetivo de 125 homens. Ressalto que nessa fase da ocupação o projeto ainda não era designado como Unidade de Polícia Pacificadora, mas vale destaque para o objetivo de promover sua expansão. Dessa forma, de acordo com o mesmo periódico, o governador informara, à época, que a extensão de um policiamento diferenciado a outras favelas vizinhas – morros da Babilônia e do Chapéu Mangueira – dependeria do Secretário de Segurança²⁹. Questionado ainda sobre a possibilidade do retorno do tráfico de drogas à favela Santa Marta, o governador declarou:

²⁷ Fonte: O Globo, Quarta-Feira 3 Dezembro 2008, p. 6.

²⁸ Fonte: O Globo, Quarta-Feira 10 Dezembro 2008, p. 18.

²⁹ Fonte: O Globo, Quarta-Feira 10 Dezembro 2008, p. 18.

Sobre a possibilidade de volta do tráfico ao Dona Marta, Cabral disse: - *Não vou fazer bravata, mas estamos aqui para não permitir isso*. Vamos trabalhar ³⁰ para isso, como espero que não volte o consumo de drogas na Vieira Souto, na Delfim Moreira... (Grifos meus).

A Cidade de Deus – considerada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro como a segunda localidade a ter uma UPP, tendo sido inaugurada em 16 de fevereiro de 2009 – foi ocupada pela Polícia Militar do Rio de Janeiro em 11 de novembro de 2008, numa operação denominada “Cidade de Deus é de Deus”³¹. Segundo O Globo, essa ação policial visava “combater o tráfico e qualquer outra atividade ilícita no local”³². A mídia impressa em questão selecionou declaração do comandante do 18º Batalhão da Polícia Militar de Jacarepaguá, tenente-coronel Luigi Gatto, afirmando que: “Nosso objetivo é tirar os bandidos de circulação, sem danos à comunidade”³³.

Em janeiro de 2009, transcorridos, portanto, dois meses da ocupação na referida localidade, o Governo finalmente tornava público que começava a preparar um tipo de policiamento nos moldes do que fora implantado na favela Santa Marta. Nesse sentido, foi selecionada e publicada pelo jornal uma informação que dava conta da intenção de se instalar uma “Companhia de Policiamento Comunitário”³⁴ na Cidade de Deus, valendo-se da participação de novos recrutas formados na Academia da Polícia Militar.

O problema é que, segundo as mídias pesquisadas, a ocupação da Cidade de Deus oferecia dificuldades constantes à Polícia Militar, principalmente na região conhecida como “karatê”. De acordo com os jornais investigados, essas dificuldades não haviam sido enfrentadas na favela Santa Marta. Logo, diante desse quadro, o tenente-coronel Luigi Gatto, ainda que tenha feito um balanço positivo sobre os dois meses de ocupação da Cidade de Deus, teve que admitir que o “‘varejinho’ dificilmente deixará [deixaria] de existir”. Ele completou sua fala em tom mais otimista: “Não vamos erradicar 45 anos de problemas em apenas dois meses. É uma área extensa, de 120 mil moradores, com pontos de extrema pobreza. *Mas o tráfico que constrange a população não tem mais*”³⁵ (Grifos meus).

Na ocasião da cerimônia de formatura de 677 soldados da Polícia Militar, no Centro de Formação de Praças, em Sulacap, para atuação nas favelas da Cidade de Deus e do Batan (que seriam ocupadas nos moldes do policiamento da Santa Marta), o Secretário de Segurança “reconheceu que a

³⁰ Idem.

³¹ Fonte: O Globo, Quarta-Feira 12 Novembro 2008, p. 17.

³² Fonte: O Globo, Quinta-Feira 4 Dezembro 2008, p. 13.

³³ Fonte: O Globo, Sexta-Feira 14 Novembro 2008, p. 19.

³⁴ Fonte: O Globo, Segunda-Feira 12 Janeiro 2009, p. 14.

³⁵ Idem.

implantação do policiamento comunitário na Cidade de Deus é [era/estava] difícil”³⁶. O governador, por sua vez, assumia um discurso que ainda estava no plano do otimismo:

Sim, nós podemos. Este ano, com as ocupações da polícia, temos um marco na estrutura de policiamento. Entramos em locais onde não havia a presença do estado. *Vamos acabar com o tráfico nessas regiões*³⁷. (Grifos meus).

Passados alguns dias, o Secretário de Segurança fez uma análise reveladora da dificuldade da Polícia Militar em acabar com o tráfico na Cidade de Deus. Segundo O Globo:

O secretário garante que a ocupação já reduziu bastante os índices de criminalidade no bairro. Segundo ele, a Cidade de Deus está “*praticamente livre do tráfico*”. Beltrame admite, no entanto, que ainda há pontos de resistência do tráfico no local conhecido como Karatê, uma das áreas mais pobres da favela, onde boa parte dos moradores ainda vive em barracos de madeira junto a porcos³⁸. (Aspas colocadas pelo próprio jornal; o itálico é destaque meu).

De acordo com as mídias pesquisadas, pode-se afirmar que foi a partir da instalação da Unidade de Polícia Pacificadora da Cidade de Deus, em 16 de fevereiro de 2009, que o projeto ganhou tal denominação bastante conhecida hoje, pois antes se mencionava Companhia de Polícia Comunitário. O título da matéria exibida pelo jornal O Globo, à época, realça isso, destacando a primeira menção direta ao novo nome: “A força de paz da Cidade de Deus: Favela ganha Unidade de Polícia Pacificadora, com 223 PMs, três meses após iniciada ocupação”³⁹.

Portanto, esse momento é crucial para a compreensão da trama histórica relativa à imagem construída para o projeto das UPPs, por causa de dois motivos básicos: primeiramente, porque, conforme assinalado, o projeto ganhou a designação tão conhecida hoje de “Unidade de Polícia Pacificadora” (Cf. BURGOS *Et al.*, 2011, p. 51); em seguida, porque marca, com base nas informações selecionadas pela imprensa em apreço, uma inflexão num dos seus objetivos que, à época, estava sendo trabalhado desde a ocupação da favela Santa Marta: o fim do tráfico de drogas. Dessa forma, já nessa mesma ocasião, o Secretário de Segurança afirmou que:

³⁶ Fonte: O Globo, Sexta-Feira 16 Janeiro 2009, p. 17.

³⁷ Idem.

³⁸ Fonte: O Globo, Quinta-Feira 29 Janeiro 2009, p. 11.

³⁹ Fonte: O Globo, Terça-Feira 17 Fevereiro 2009, p. 10.

- *Não podemos afirmar que não há mais tráfico na Cidade de Deus, o que não há mais é venda ostensiva de drogas.* Há uma ambiência de paz - disse o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame.⁴⁰ (Grifos meus).

Pode-se depreender que houve, a partir das informações selecionadas e noticiadas pela referida mídia, uma sutil inflexão num dos objetivos das UPPs, visto que um dos principais integrantes do governo – o Secretário de Segurança Pública – fez uma adequação discursiva, no tocante ao fim do tráfico de drogas nas favelas ocupadas pela polícia. A retirada de pauta da finalidade de acabar com o tráfico de drogas é uma questão histórico-sociológica importante, uma vez que, mesmo de forma parcial, ou seja, a partir da imprensa, permite contestar a perenidade dos objetivos das UPPs, bem como seu pretenso foco inequívoco e algumas convenções (BECKER, 2007) acerca delas. Dessa forma, este olhar contribui para lançar luz ao projeto de “pacificação” em sua genealogia (FOUCAULT, 2008a), oferecendo subsídios para colocar em discussão o projeto de gestão estatal sobre favelas cariocas e as representações de algumas dessas localidades e de seus moradores na tessitura urbana. Ademais, permite pensar também as mudanças históricas realizadas no projeto das UPPs e a relação entre poder governamental e as favelas cariocas como margens do Estado.

No entanto, a mudança mais contundente no discurso institucional dos integrantes do governo ainda não tinha sido realizada à época da instalação da UPP da Cidade de Deus. Apenas havia sido feita uma relativização no objetivo de dar fim ao tráfico de drogas. Em outros termos, o Secretário de Segurança declarou que não poderia afirmar se o tráfico de drogas ainda estava presente na localidade em apreço, mas não explicita claramente se queria ou não combatê-lo. Dessa maneira, vale ressaltar que a versão oficial do governo para explicar a presença da força e do poder dos traficantes em favelas ocupadas foi construída de forma gradativa e estava relacionada à ampliação do projeto de “pacificação” para localidades mais “complexas”, conforme discutido a seguir.

Estratégias discursivas do Governo na legitimação da expansão do programa das UPPs: novas circunstâncias, outras versões acerca dos objetivos do projeto

O atual posicionamento de integrantes da cúpula oficial do governo sobre as UPPs visa reforçar a imagem de que este foi um projeto colocado em prática com um planejamento de ação definido e consolidado. Pode causar surpresa entrever – por meio de representações organizadas por parcela importante da mídia – esse programa dentro de um quadro histórico de autoconstrução e também de certas indefinições, em que as variáveis institucionais, as representações espacializadas das favelas e as

⁴⁰ Idem.

injunções conjunturais contribuíram para amoldar estratégias discursivas e objetivos governamentais. Olhar um fenômeno social em retrospectiva é vislumbrá-lo com o privilégio de poder capturar outras tonalidades, o que pode provocar, por conseguinte, novos questionamentos.

A partir da mídia impressa pesquisada, pode-se notar que a escolha da Santa Marta como primeira favela ocupada decorreu, principalmente, do fato de o governo considerá-la menos complexa do que, por exemplo, as favelas do Jacarezinho, da Rocinha, do Complexo do Alemão, entre outras localidades extensas, com bastante moradores e muitos acessos. Da perspectiva institucional, essa representação espacializada singular da Santa Marta favorecia, então, a instalação do que o Secretário de Segurança denominou um “laboratório” que poderia ser, nessa perspectiva, produtivo para se testar um latente modelo de policiamento de favelas. Matéria divulgada pelo Jornal O Globo sugere a opção por esta favela, tendo em vista sua menor complexidade em relação àquelas:

O governador lembrou que a intenção é criar uma ação permanente da polícia que possa garantir tranquilidade à população local. Neste sentido, também estão sendo inauguradas pelo governo novas casas, uma creche reformada e uma área esportiva. Segundo o governador, o Dona Marta está tendo uma atenção diferenciada por não apresentar o “nível de complexidade” de outras comunidades, como Rocinha e Jacarezinho:

- No caso do Dona Marta, por ser uma comunidade menos complexa, tenho absoluta certeza de que esse desafio que lancei à polícia será alcançado com êxito.⁴¹

Em acréscimo, pode-se identificar, tendo em vista os discursos que foram selecionados e noticiados pela mídia pesquisada, que a ocupação da Cidade de Deus começou a colocar, conforme apontado na seção anterior, entraves práticos para a implantação do projeto de “pacificação” na localidade. Sendo assim, é possível observar também que, com o passar do tempo, essas diferenças entre as favelas Santa Marta e Cidade de Deus contribuíram para motivar a reformulação do discurso institucional sobre o problema relacionado à presença e atuação dos traficantes, a fim de não perder a legitimidade pública atinente ao programa das UPPs, conferindo uma nova identidade a esse projeto de policiamento.

Em face da pressão da circunstância colocada pela expansão do projeto de “pacificação”, integrantes do governo começaram, paulatinamente, a deslocar e/ou minimizar o impacto da presença dos traficantes armados em favelas ocupadas pela polícia. Portanto, a mudança nos objetivos do programa em questão foi realizada através da proposição de uma releitura dos seus propósitos iniciais,

⁴¹ Fonte: Jornal O Globo, Quarta-Feira 3 Dezembro 2008, p. 12, grifos meus.

contemplando a realização de uma nova produção de sentido para a versão institucional levada ao conhecimento público. Isso ocorre porque

A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva. (POLLAK, 1992, p. 203).

Nesse sentido, de acordo com declaração do Secretário proferida quase cinco meses depois da inauguração da UPP da Cidade de Deus:

- São mais de 100 mil moradores circulando por lá. *A Cidade de Deus é maior do que muitos municípios do interior*. É difícil controlar cada ponto, pois a comunidade é muito complicada, com muitas saídas e entradas. Além disso, são mais de 40 anos sob o domínio do tráfico. *Não temos pretensão de acabar com o tráfico de uma hora para outra* - disse o secretário.⁴² (Grifos meus).

A mudança mais categórica no discurso oficial selecionado e publicado pela mídia analisada aparece tempos depois, quase dez meses após a inauguração da supracitada UPP. Apesar de não poder precisar se foi o primeiro momento em que houve uma inflexão mais contundente no discurso, mostra, conforme adiante, uma postura institucional mais firme em lidar com a exigência acerca do fim do tráfico de drogas nas favelas ocupadas, esquivando-se de vez dessa cobrança. Dessa maneira, por conta do anúncio da formação de mais 3.300 policiais que iriam atuar em postos das UPPs, com vistas a dar garantias à expansão desse projeto, o Secretário de Segurança afirmou que:

Não temos a pretensão e não podemos prometer acabar com o tráfico ou com a violência. Mas estamos acabando com a lógica da territorialidade imposta pelo fuzil. Isso, sim, acabou nas comunidades pacificadas - afirmou o secretário de Segurança.⁴³ (Grifos meus).

Dando continuidade à afirmação de uma posição que negaria o objetivo das UPPs em acabar com o tráfico de drogas, há uma matéria que contribui para se perceber, por meio do que foi organizado pela mídia pesquisada, a mudança no discurso institucional em relação à finalidade supracitada: “UPP não acaba com tráfico na Cidade de Deus – Imagens mostram bandidos desarmados vendendo maconha livremente na favela, a segunda a ser pacificada”⁴⁴. Em face da notícia e das imagens feitas por cinegrafistas amadores exibindo o comércio de drogas ilícitas que era feito de forma aberta na região, o

⁴² Fonte: O Globo, Sexta-Feira 2 Julho 2010, p. 20.

⁴³ Fonte: Jornal O Globo, Terça-Feira 1 Dezembro 2009, p. 17.

Secretário de Segurança foi provocado a comentar os acontecimentos. Ele fez uma declaração acerca da missão das UPPs que denota a efetiva descontinuidade no discurso institucional que foi selecionado e noticiado pela mídia. Assim, o discurso sobre a missão do projeto de segurança pública passou a ser ainda mais contundente em negar o objetivo de acabar com a atividade comercial dos traficantes nas favelas com UPPs. Pode-se observar, nessa trama histórica, o esvaziamento do objetivo de erradicar o tráfico de drogas, a partir da estruturação de uma nova versão institucional sobre os objetivos das UPPs. Segundo a declaração categórica do Secretário:

Já recebemos algumas denúncias deste tipo [venda de drogas na favela]. Não podemos nos esquecer que fizemos mais de 200 prisões na Cidade de Deus, desde que instalamos lá uma UPP. *A missão básica SEMPRE foi desarmar os traficantes e levar paz aos moradores.* O vídeo parece que não mostra gente armada ⁴⁵. (Grifos meus, especialmente a palavra sempre, destacada em maiúscula para invocar o que vimos discutindo).

Conforme se pode perceber, o Secretário teve a finalidade de tanto minimizar o problema atinente à presença de traficantes comercializando drogas na região, como também utilizar argumentos a favor da política de segurança comandada por ele. Com isso, declarou publicamente que havia prendido muita gente e que a missão básica da UPP “sempre” foi desarmar os traficantes, negligenciando contundentemente o objetivo de acabar com a presença desses criminosos na localidade. Cumpre realçar que essa continuou, então, sendo a base do discurso institucional sobre as UPPs. Por isso, toda a vez que se interpela algum representante oficial do Governo do Estado do Rio de Janeiro acerca da presença do comércio de drogas ilícitas em favelas “pacificadas”, há o cuidado oficial de deixar patente que a missão do projeto “sempre” foi o controle territorial, visando levar “paz” aos moradores e serviços sociais à localidade. E isso pode ser flagrado também no Sítio oficial das UPPs, conforme já apontado antes. Entretanto, os discursos e as informações publicadas na mídia impressa investigada, no período que se consideram as primeiras ocupações policiais para fins de UPP, não confirmam tais assertivas.

Portanto, o que se nota a partir da descontinuidade identificada no discurso institucional que foi organizado e noticiado pela imprensa pesquisada é que, no contexto de tensão e questionamento ao qual foram submetidos os integrantes do governo, notadamente após a expansão do projeto de “pacificação” para além da Santa Marta, a versão oficial procurou enquadrar o desenvolvimento histórico concernente à implantação das UPPs numa perspectiva que visava mostrar uma homogeneidade linear dos objetivos do projeto, promovendo a construção de uma nova versão. Nesse sentido, Pollak afirma que:

⁴⁴ Fonte: Jornal O Globo, Sexta-Feira 2 Julho 2010, p. 20.

⁴⁵ Idem.

[...] uma história de vida colhida por meio da entrevista oral [e pode-se pensar também na história de uma instituição ou projeto], esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras *em função do contexto* ao qual é relatada (POLLAK, 1989, p. 11, grifos meus).

Nessa mesma linha de raciocínio, segundo Bourdieu (1996), uma história de vida não deve ser tratada como um relato coerente, homogêneo ou como uma seqüência de acontecimentos dotada de significados e sentidos precisos. A história de vida ou de uma instituição, como quer que seja, deve ser pensada como um constructo que é revestido de imprecisão, descontinuidade e possibilidades interpretativas. Assim, o relato de vida pode variar em forma e conteúdo, sendo importante que se atente para a relação entre trajetória e estrutura de possibilidades. Além disso, Bourdieu afirma que “*a própria situação da investigação* [de uma história de vida] contribui inevitavelmente para determinar o discurso coligido” (BOURDIEU, 1996, p. 189, grifos meus).

As duas matrizes teóricas apresentadas acima (POLLAK, 1989; BOURDIEU, 1996), especialmente levando-se em consideração o que foi grifado, permitem pensar que a situação à qual o Secretário de Segurança Pública estava envolvido – no caso da permanência da atuação do tráfico de drogas na Cidade de Deus e a consequente pressão social exercida pela imprensa pesquisada para que o governo tomasse uma posição mais contundente acerca da presença dos traficantes de drogas numa região que já contava com uma UPP – teve influência na trajetória que o discurso da “pacificação” tomou, pois tal discurso foi transfigurado.

Em face da pressão imposta pelas circunstâncias da investigação jornalística, o Secretário de Segurança acabou enquadrando o discurso relativo aos objetivos das UPPs, elegendo uma versão menos comprometedora e que causasse um impacto negativo menor à imagem do processo de “pacificação” no qual o governo estava investindo. Essa versão ganhou destaque e foi, desde então, semeada pelo governo, com vistas a fornecer um novo significado à constituição das UPPs e suas finalidades basilares.

O problema é que, em alguns discursos, a versão institucional em alusão se configurou como uma espécie de “história oficial” não contestada, na medida em que teve repercussão na imprensa, nos veículos institucionais de divulgação utilizados pelo governo e em parcela importante da literatura acadêmica. Isso ocorre porque as versões – institucionais ou não, pois para qualquer acontecimento pode haver uma disputa política de versões que ocorrem *a posteriori* – acabam tendo influência naquilo que, futuramente, compreendemos e representamos acerca de um fenômeno social. Portanto, o que se

pretendeu, aqui, foi colocar novas informações e novos questionamentos sobre o fenômeno histórico de constituição das UPPs.

Considerações finais

A análise das UPPs em sua trama histórica, por meio de discursos e representações encontrados no universo da mídia examinada, mostrou que os objetivos do projeto se modificaram ao longo do tempo. Nesse sentido, foi apresentada, aqui, a condensação ou cristalização de um determinado discurso que prega que as UPPs foram constituídas não para acabar com o tráfico, mas sim para o controle territorial e levar serviços às favelas cariocas por meio de novo modelo de policiamento. Em seguida, foi mostrado e discutido como, a partir de parcela importante da grande imprensa escrita, nas consideradas primeiras UPPs estava presente um discurso que pregava o interesse em combater o comércio ilegal de drogas e de eliminá-lo, incorporando tal questão como um dos objetivos institucionais do nascente programa de policiamento destinado a favelas.

Tal discussão foi realizada argumentando, a partir da mídia, que a experiência realizada na favela Santa Marta não colocou desafios tão pujantes para o governo, em razão de esta localidade não ser considerada tão complexa, de acordo com as representações institucionais especializadas que foram noticiadas. Ocorreu que o governo, com a decisão de instalar uma Companhia de Policiamento Comunitário na Cidade de Deus, um lugar que já contava com uma ocupação policial e mostrava dificuldades de controle territorial maiores que a Santa Marta, passou a fazer adequações discursivas que produziram um arrefecimento ou um abrandamento no objetivo de acabar com o comércio de drogas ilícitas. Paulatinamente, então, foi desbotando do discurso oficial o objetivo de acabar com o tráfico de drogas nas favelas ocupadas com UPPs e, hoje em dia, tal questão nem é colocada em pauta.

Para tais ações discursivas foi proposta uma interpretação que gira em torno do interesse institucional-governamental em manter uma imagem pública positiva do projeto, por meio da imprensa, pois as mídias se tornam uma esfera pela qual, também (não somente), as políticas públicas são executadas e formuladas (FAUSTO NETO, 1999, p. 137; RAMOS; PAIVA, 2007, p. 25). Ademais, em termos teórico-metodológicos, argumentou-se que as circunstâncias contextuais exercem, em alguma medida, coerções na forma como a memória (ou as versões acerca dela) é apresentada. Nesse sentido, “Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo [assim como uma instituição comandada por pessoas] tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (POLLAK, 1989, p. 11). E foi através desse caminho que o objetivo de dar fim ao tráfico de drogas acabou sendo colocado como algo não pautado pelo governo, ou seja, como um “não dito” (Idem, p. 6).

Em face do que foi exposto, vale reiterar que o ponto de partida deste artigo foi compreender o “como do poder” (FOUCAULT, 1999, p. 28) ou a maneira normativa como ele se posicionou discursivamente em relação às favelas em apreço. Como consequência analítica dos discursos de integrantes do governo (e da imprensa) acerca dos objetivos do processo de “pacificação”, é possível observar em que medida a expansão desse programa de policiamento fez surgir questões que produziram uma tensão entre poder central (governo) e margem (localidades ocupadas). Isso ocorreu porque as primeiras favelas a receberem UPPs (Santa Marta e Cidade de Deus) geraram respostas/problemas diferenciados para o governo, haja vista que esses lugares de moradia são efetivamente diferentes entre si (PRETECEILLE; VALLADARES, 2000).

Nessa tensão entre intenções soberanas e singularidades das margens, nota-se que a normatividade discursiva se criou, a fim de tentar não perder a legitimidade política do mencionado processo. Ora faz parte da lógica do Estado, conforme pontuado anteriormente, se constituir como um projeto incompleto (DAS, 2004, p. 249). E esse raciocínio abre um campo teórico para se pensar nas margens como parte constitutiva dos governos ou como um lugar que é dialeticamente crucial para se investigar os poderes políticos.

Portanto, é importante destacar que o processo de “pacificação”, que foi uma das grandes apostas políticas do governo em questão, não ocorreu de forma linear e sem dificuldades práticas derivadas da tensão entre, de um lado, a tentativa de imposição governamental que frequentemente está revestida de suas expectativas/representações em relação às favelas e, de outro, a dinâmica local que pode impor dificuldades de naturezas diversas. E foi isso que se pretendeu apontar no transcurso deste trabalho. Sendo assim, cumpre, por fim, reafirmar duas importantes questões de cunho teórico acerca dos esforços analíticos para compreender as UPPs: a primeira, que se leve em conta a trama histórica na qual o processo de “pacificação” se estruturou como uma forma de contestação ou contraponto às possíveis convenções discursivas sobre o projeto; a segunda, que se considere que a relação do poder estatal com as favelas “pacificadas” não é homogênea, pois, ainda que não esteja ao alcance de nossa percepção, tal relação está em permanente reconstrução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASAD, Talal. “Where Are the Margins of the State?”. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp. 279-288.

BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. – 13ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Jandira (ogs). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996, pp. 183-191.

BURGOS, Marcelo Baumann; PEREIRA, Luiz F.; CAVALCANTI, Mariana; AMOROSO, Mauro. “O efeito UPP na percepção dos moradores de favelas”. In: **Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio**, Desigualdade & Diversidade, nº 11, ago/dez, 2011, pp. 49-98.

BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, pp. 25-60.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política”. In: C. Alberto Messeder Pereira; Elizabeth Rondelli; Karl Erik Schollhammer; & Micael Herschmann (orgs). **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, pp. 47-74.

DAS, Veena. “The Signature of the State – The Paradoxo of Illegibility”. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ogs.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Reserarch Press, 2004, pp. 225-252.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ogs.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Reserarch Press, 2004.

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa. Estudo sobre a Aids**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

_____. “Discurso político e mídia”. In: RUBIM, Antonio Albino (Org.). **Comunicação e política: Conceitos e abordagens**. 1ª ed. São Paulo: Edufba, 2004, v. 1, pp. 105-126.

FARIAS, Juliana. “Da asfíxia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas”. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, pp. 173-190.

FLEURY, Sônia. “Militarização do social como estratégia de integração – o caso da UPP do Santa Marta”. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, mai/ago 2012, p. 194-222.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. “Verdade e poder”. In: **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

-
- _____. **Em defesa da sociedade.** Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Coleção Tópicos).
- _____. **A verdade e as formas jurídicas.** (tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... et al.). Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002a.
- _____. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2002b.
- _____. **Segurança, Território e Populações – curso dado no Còllege de France (1977/1978).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 39. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- _____. “O uso dos prazeres e as técnicas de si”. In: **Ditos e escritos, volume V: Ética, Sexualidade, Política** – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a, pp. 187-211.
- _____. “A vida dos homens infames”. In: **Ditos e escritos, volume V: Ética, Sexualidade, Política** – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b, pp. 203-222.
- _____. “O que são as Luzes?”. In: **Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a, pp. 335-351.
- _____. “O Sujeito e o Poder”. In: **Michel Foucault – Uma Trajetória Filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 231-248.
- LEEDS, Anthony e LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LEEDS, E. “Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local”. In: ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (org.). **Um Século de Favela.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2003
- LEITE, Márcia Pereira. “Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro”. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2. pp. 374-389, Ago/Set 2012.
- _____. “Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da solidariedade no Rio de Janeiro”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Volume 15, nº 44, outubro de 2000, pp. 73-90.
- MACHADO DA SILVA, L. A. 1967. “A política na favela”. **Cadernos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, mai./jun. p. 35-47.
- _____. “A continuidade do ‘problema favela’”. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). **Cidade: história e desafios.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp. 220-237.7
-

- _____. & LEITE, Márcia P. “Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas”. In: **Rio: a democracia vista de baixo**. IBASE – Rio de Janeiro: IBASE, 2004, pp. 61-77.
- _____. e LEITE, Márcia Pereira. “Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desse temas?”. In: SILVA, Luiz Antonio Machado da (org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, pp. 47-76.
- _____. “Afim, qual é a das UPPs”. In: www.observatoriodasmetroplites.ufrj.br, março de 2010.
- _____. “A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje”. In: MELLO, Marco Antonio da Silva; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; FREIRE, Leticia Luna; SIMÕES, Soraya Silveira (Orgs.). **Favelas cariocas ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, pp. 51-65.
- MONTEIRO, Fabiano Dias; MALANQUINI, Lidiane. **Sobre Soldados e Gansos: Uma aproximação acerca da percepção policial sobre a atuação em UPPs**. Trabalho apresentado na 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia. SP, Brasil. 2012.
- PALERMO, Luis Claudio. “Megaeventos e Unidades de Polícia Pacificadora: representações sobre o lugar das favelas no tecido urbano”. In: **Ilha - Revista de Antropologia**, v. 15, nº 2, jul./dez. 2013, pp. 311-330.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, (10):200-212, 1992.
- _____. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, (3):3-15, 1989.
- PARISSE, Lucien. **Favelas do Rio de Janeiro – Evolução e Sentido**. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais – CENPHA, 1969.
- PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000).
- PRETECEILLE, Edmond & VALLADARES, Licia do Prado. “A Desigualdade entre os Pobres - favela, favelas”. In: HENRIQUES, Ricardo. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), 2000, pp. 459-485.
- RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- RONDELLI, Elizabeth. “Imagens da violência e práticas discursivas”. In: C. Alberto Messeder Pereira; Elizabeth Rondelli; Karl Erik Schollhammer; & Micael Herschmann (orgs.). **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, pp. 144-162.

- SANFORD, Victoria. "Contesting Displacement in Colombia: Citizenship and State Sovereignty at the Margins". In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Ogs.). **Anthropology in the margins of the state**. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp. 253-277.
- SILVA, Edilson Márcio Almeida da. **Notícias da "violência urbana": um estudo antropológico**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.
- SILVA, Maria Lais Pereira da. **Favelas cariocas, 1930-1964**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- SOARES, Luiz Eduardo. "A crise no Rio e o pastiche midiático". In: <http://luizeduardosoares.blogspot.com/2010/11/crise-no-rio-e-o-pastiche-midiatico.html>
- VALLA, Victor Vincent (Org.). **Educação e Favela**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- VALLADARES, Lícia do Prado. "A gênese da favela carioca". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.15 no. 44, São Paulo, Outubro, 2000, pp. 5-34.
- _____. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. (2ª ed.) São Paulo: Brasiliense, 2000.

From the print media: the objectives of the Unidades de Polícia Pacificadora under some historical perspective

Abstract

The design of the Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) has enjoyed wide repercussions and has been seen frequently in the current perspective of your goals and events. This article considers the UPPs in its historical plot, taking into account some injunctions that have contributed to its establishment and constitution. Thus, here I expose newspaper clippings that reveal important information and speeches about the goals of this project, during the occupation of some slums: the Santa Marta and City of God. So, I compare these goals with the current fundamentals of the program. Therefore, from the press, I identify changes in the objectives of the UPPs. With this vision, I intent to show, based on the aforementioned source, that these changes resulted from the political suitability of an institutional-government discourse practices relating to the expansion of the project of UPPs injunctions because the pressure of this circumstance demanded a different political stance and legitimacy by formulators and managers of the project. So, that did emerge a new official version about the aims of the "pacificação".

Keywords: Unidades de Polícia Pacificadora; Slums cariocas; Social Representations.